

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Preocupações com a doença levam ouro ao maior valor em sete anos	1
Título: País tem ‘folga’ de energia pelo menos até 2024.....	3
Título: Sobra não se traduz em preço mais baixo para consumidores	4
Título: Eficiência relativa na emissão de carbono	5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/02/2020

Seção: Economia

Autor: FRANCINE DE LORENZO E MARCELA GUIMARÃES

Título: Preocupações com a doença levam ouro ao maior valor em sete anos

Metal é visto como 'porto seguro' em momentos de crise; preços do petróleo, por sua vez, fecharam em queda ontem

Os temores de propagação do novo coronavírus fora da China fizeram o ouro registrar ontem o maior valor em sete anos, flertando com a marca de US\$ 1.700 por onça-troy (medida usada nas negociações de alguns metais preciosos, equivalente a 31,1 gramas). Investidores buscaram a segurança do metal precioso, que chegou a ser negociado a US\$ 1.691,70 no mercado futuro. No fim da sessão em Nova York, o contrato de ouro para entrega em abril era cotado a US\$ 1676,60 por onça-troy, alta 1,69%.

Por outro lado, os contratos futuros de petróleo fecharam em queda com o salto no número de casos de coronavírus na Itália e preocupações com a epidemia em países como Coreia do Sul e Irã, onde novos casos apareceram nos últimos dias. Investidores também mantêm no radar a falta de consenso entre integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) sobre um corte mais aprofundado na produção do cartel.

O petróleo WTI para entrega em abril encerrou o dia em queda de 3,65%, a US\$ 51,43 o barril na New York Mercantile Exchange (Nymex), enquanto o Brent para o mesmo mês cedeu 3,76%, sendo cotado a US\$ 56,30 o barril na Intercontinental Exchange (ICE), em Londres.

O aumento rápido de casos na Itália acendeu um alerta com temores de que o país possa ser o centro de um surto maior na Europa. Sete pessoas já morreram no país, e o número de infectados passa dos 200. A OMS considerou como “profundamente preocupante” o aumento de casos nos territórios italianos, iraniano e sul-coreano.

Em relatório enviado a clientes, analistas do ING apontam que os municípios afetados na Itália estão próximos de vizinhos economicamente relevantes, como Milão. “A principal preocupação será se o vírus pode ser contido sem afetar as atividades industriais e de serviços, no momento em que a economia italiana está flertando com outra recessão técnica.”

Já o alemão Commerzbank disse que, “se mais países e continentes são afetados pelo vírus, é provável que isso tenha efeitos de frenagem substancial na atividade econômica do bloco europeu. Uma demanda mais fraca por petróleo aumentaria ainda mais o excesso de oferta” existente no mercado.

“Há uma necessidade maior de que a Opep e seus produtores aliados reduzam a produção mais acentuadamente. No entanto, a aliança entre a Arábia Saudita e a Rússia parece estar pendente, aparentemente porque a Rússia se recusa

obstinadamente a qualquer corte adicional na produção”, lembra Carsten Fritsch, analista do banco alemão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/02/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: País tem ‘folga’ de energia pelo menos até 2024

Expansão do parque gerador garante fornecimento de eletricidade mesmo que a economia volte a ter um crescimento mais forte

A melhora nas projeções para o crescimento econômico não levanta preocupações sobre a capacidade do setor elétrico de absorver investimentos. Para especialistas, a expansão do parque gerador nos últimos anos garante uma folga pelo menos até 2024, e não há qualquer risco de desabastecimento.

Após três anos de avanço próximo de 1%, a expectativa de crescimento do PIB em 2020 até vem caindo, mas está em 2,23%, segundo a última pesquisa Focus. Nos quatro anos anteriores, o consumo de energia subiu cerca de 5%, de 64 mil megawatts médios (MWm) em 2015 para 67 mil MWm em 2019. No mesmo período, a capacidade instalada subiu 22%, de 134 gigawatts (GW) para 172 GW.

Foi ao longo desse período que entraram em operação as hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, eólicas e solares. Esses empreendimentos foram planejados com anos de antecedência, com base em projetos de alta do PIB e do consumo bem maiores do que os concretizados, explica Cristopher Vlavianos, presidente de uma das maiores comercializadoras do País, a Comerc. “Temos uma folga estrutural, pois tivemos um aumento de capacidade instalada sem a contrapartida de aumento de consumo”, diz.

Outros 23 GW devem entrar até 2024, afirma Rodrigo Limp, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Temos segurança de que o setor elétrico brasileiro está preparado para atender o consumo de energia, mesmo que haja um crescimento mais robusto da economia nos próximos anos.”

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, ressalta que o País conta com parque de termoelétricas que pode ser acionado caso haja qualquer tipo de pressão. “Não vemos nenhum problema no cenário de curto e médio prazos. O preço pode até subir, mas teremos energia”, afirma. “Diferente do restante da economia, o setor elétrico continua bem. A

política energética, o planejamento e a regulação têm garantido a expansão da capacidade instalada.”

Sob o ponto de vista de atendimento ao mercado, a preocupação é zero até 2024, diz o presidente da Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mário Menel. “Nosso receio é sempre com o preço que vamos enfrentar”, diz. Segundo ele, com a melhora no cenário econômico e para evitar os preços mais altos, vários associados da Abiape - que reúne empresas como Honda, Braskem e Votorantim - estudam retomar investimentos em usinas próprias.

Se no passado as hidrelétricas eram a preferência dos auto-produtores, hoje o setor investe em eólicas, cujo licenciamento ambiental é mais simples, e avalia com atenção o setor de gás - de olho no “choque da energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Na modalidade de autoprodução, os investidores não pagam encargos técnicos, nem o encargo que banca os subsídios - que, neste ano, somarão R\$ 22 bilhões, valor que será rateado entre todos os consumidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/02/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Brasília

Título: Sobra não se traduz em preço mais baixo para consumidores

Com o avanço de eólicas e solares, alguns grupos conseguem descontos, mas a conta é repassada ao consumidor comum

BRASÍLIA- Investimentos bilionários feitos nos últimos anos proporcionaram sobra estrutural de energia, mas isso não se traduziu em preços mais baixos para todos os consumidores. Mesmo com o avanço de empreendimentos eólicos e solares, a água ainda é o item que mais influencia nos preços da energia no País.

O aumento das chuvas ajudou na recuperação de reservatórios de hidrelétricas e reduziu o valor da energia no mercado de curto prazo. Esse efeito, porém, não chega à maioria dos consumidores. Isso porque, além da energia, que representa 33%, as contas de luz embutem custos de transmissão (7%), distribuição (19%), subsídios (10%) e impostos (31%). E por meio da exploração de assimetrias de mercado sobre essas outras parcelas que alguns consumidores conseguem economizar, explica o presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa.

“Temos hoje diferentes mercados, com lógicas distintas, e há uma contaminação de custos entre cada um deles. Não se ganha dinheiro quando se apresenta um produto melhor e mais barato. Alguns exportam custos para que outros paguem”, diz Pedrosa. “Claro que o problema não está nos que tentam não pagar os custos absurdos do setor, mas no acúmulo desses custos. E é isso que precisa ser enfrentado.”

Consumidores do mercado livre que contratam energias renováveis não pagam pelo custo da geração termoelétrica. Necessárias para compensar a intermitência de produção das renováveis, as termoelétricas são contratadas forçadamente para o mercado regulado e pagas pelo consumidor cativo. Consumidores livres que comprem energia renovável têm desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição. Quem gera a própria energia por fontes renováveis acumula o mesmo desconto e a isenção de encargos setoriais.

Já donos de painéis fotovoltaicos ou fazendas solares não pagam tarifas de transmissão, distribuição e encargos setoriais. E uma “mistureba” total entre custos e sua alocação, diz o presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso. Um consumidor regulado migra para o mercado livre, autoprodução ou geração distribuída e deixa sua parcela da conta para ser paga pelos consumidores do ambiente regulado.

Para o secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria, só a aprovação do novo marco do setor elétrico no Congresso pode trazer soluções para o problema. “Se a oferta de energia cresceu mais do que a demanda, por que o preço ao consumidor residencial explodiu? Por um conjunto de falhas regulatórias que concentraram no mercado regulado todos os custos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/02/2020

Seção: Opinião

Autor: Plínio Nastari

Título: Eficiência relativa na emissão de carbono

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) e das emissões de carbono das dez maiores economias do mundo é reveladora. Os EUA continuam sendo a maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 20,54 trilhões em 2018. Mas a China vem crescendo rapidamente, e neste ano já acumulava produtos e serviços no valor de US\$ 13,61 trilhões. Voltando no tempo, em 1990 os EUA tinham um PIB de US\$ 5,96 trilhões e a China, de só US\$ 360 bilhões. Naquele ano, o Brasil tinha um PIB de US\$ 461 bilhões, maior, pois, que o da China e também maior

que o da Índia, com US\$ 320 bilhões, embora com uma população bem menor do que ambos.

Voltando a 2018, o país que mais emitiu gases do efeito estufa foi a China, com 9,3 bilhões de toneladas (t) de CO₂, equivalente por ano. Em segundo vieram os EUA, com 4,89 bilhões de t; e, em terceiro lugar, a Índia, com 2,16 bilhões de t. O Brasil apresentou emissões totais de 428 milhões de t. A emissão de CO₂, per capita indica que o maior poluidor entre estes dez países é o Canadá, com 15,5 toneladas per capita - os EUA vêm em segundo lugar, com 14,9t; seguidos pelo Japão, com 8,71 per capita.

Olhando em perspectiva, é interessante observar que, mesmo sem participar de acordos globais de controle de emissão, os EUA têm reduzido significativamente sua emissão per capita, que em 1990 era de 19,2 toneladas. Outras reduções relevantes podem ser observadas na Alemanha, que passou de 11,8 para 8,2 toneladas de CO₂, per capita de 1990 a 2018; e no Reino Unido, que reduziu de 9,6 para 5,3 toneladas per capita. Enquanto isso, nesse período, a China passou de 1,9 para 6,7 toneladas per capita e a Índia aumentou de 0,6 para 1,6 tonelada per capita. No Brasil, esse indicador aumentou um pouco, de 1,2 para 2,0 toneladas, mantendo-se ainda como a segunda menor emissão per capita entre as dez maiores economias.

Interessante, também, é a avaliação da emissão de carbono por unidade de PIB, avaliada em toneladas de CO₂, equivalente por milhão de dólares. Em 2018, os EUA emitiram 238,3t de CO₂, por milhão de dólares.

Este é um número parecido com o do Brasil, com 229,1, e do Japão, com 220,9 t. Mas destacam-se a Alemanha, com 173t; a Itália, com 150,7t; o Reino Unido, com 123,6t; e a França, com 105,5. Por causa de sua energia nuclear. O Canadá teve 334,4 toneladas. Mas chama a atenção o volume de emissão por unidade de PIB da China, com 683 toneladas, e da Índia, com 795 toneladas - portanto aproximadamente três vezes maior do que o dos EUA e do Brasil.

Mas, ao longo do tempo, China e Índia têm feito um grande esforço de recuperação, visto que a emissão por unidade de PIB dos dois países era muito pior em 1990, de 5.894 toneladas e de 1.653 toneladas, respectivamente.

Mas não estão sós. Os EUA reduziram o seu indicador, que era de 805 toneladas em 1990, assim como a Alemanha, com 530 toneladas, Reino Unido, com 502 toneladas, Canadá, com 708 toneladas, e até o Brasil, com 399 toneladas.

Esses números mostram que, em realidade, está ocorrendo uma silenciosa corrida entre os países não só por aumento do PIB, mas também pelo controle e eficiência de emissões de carbono per capita e por unidade de PIB.

Esses indicadores podem ser de grande valor num futuro que pode não ser tão distante, visto que já se começam a discutir tarifas ao comércio relacionadas à emissão de carbono. Isso tudo reforça a importância de serem criadas medidas e regulações que estimulem a eficiência energética e ambiental. O Renova-Bio, Plano Nacional de Biocombustíveis, que passa a ser implementado neste ano, ao criar um sistema de certificação voluntária de eficiência energética-ambiental e ao estabelecer metas de redução da intensidade de carbono para o setor de energia em transportes, coloca o Brasil no centro dessa estratégia global. E como exemplo e referência para muitos outros países.

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE)

MME / ASCOM .